

## CPI recebe depoimento de empresário

Juiz federal de Mato Grosso envia à comissão cópia do depoimento de Luiz Antônio Trevisan Vedoin, que durou nove dias, sobre irregularidades no uso de verbas orçamentárias para a saúde pública

Fotos: Geraldo Magela



Lando (E), Biscaia e Sampaio: comando da CPI dos Sanguessugas vai analisar depoimento de 151 páginas

A CPI dos Sanguessugas tem em mãos, desde ontem, um interrogatório de 151 páginas sobre o uso irregular de verbas do Orçamento na compra superfaturada de ambulâncias. Nele, o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin presta informações e apresenta documentos, segundo o juiz da 2ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, Jefferson Schneider. A comissão recebeu da Procuradoria Geral da República lista com nomes de 42 parlamentares supostamente envolvidos com o esquema. **Página 3**

## Senadores dão sugestões para enfrentar onda de violência em São Paulo

Eduardo Suplicy, Heloísa Helena, Heráclito Fortes, Alvaro Dias e Romeu Tuma comentam os episódios que assustam os paulistas. **Página 4**

### BID deve financiar a segunda fase do Interlegis

Comunidade virtual do Poder Legislativo conta com empréstimo para ampliar atividades. **Página 7**

### Maciel comemora dez anos da Lei de Arbitragem

Autor da lei diz que há no país espaço para incorporação de uma “cultura da arbitragem”. **Página 8**



Na mesa de debatedores, Jane Aline (E), José Fernando da Silva, Paulo Vannuchi, Carmen de Oliveira e Laila Shukaire

### Debate sobre assistência a menor infrator

A assistência oficial a menores infratores foi examinada em videoconferência promovida ontem pelo Interlegis, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conanda. O debate foi transmitido simultaneamente para as assembleias legislativas de todo o país. **Página 7**

Proposta enfrenta problemas no Congresso: deputado Ricardo Barros ameaça derrubar sessão se não for votado projeto que muda esquema de tramitação do Orçamento da União

Moreira Moritz



Ricardo Barros (com a mão levantada, entre parlamentares) quer mudanças nas regras que norteiam exame da proposta orçamentária

## LDO só deverá ser votada na primeira semana de agosto

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 deverá ser votada na primeira semana de agosto, conforme informou a Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional. Até lá, tanto o Senado quanto a Câmara continuarão funcionando, com realização de sessões não-deliberativas.

Segundo determinação constitucional, o Legislativo só pode entrar em recesso após aprovar o projeto da LDO, cuja votação estava prevista para a última quarta-feira. Mas, como não houve acordo entre as lideranças partidárias, a apreciação da matéria foi novamente adiada.

Um dos maiores obstáculos para que a proposta seja aprovada é a firme posição assumida pelo deputado Ricardo Barros (PP-

PR): ele anunciou que pedirá verificação de quórum para derrubar as sessões marcadas para examinar a LDO caso a Mesa diretora do Congresso não coloque na pauta de votação projeto de sua autoria que altera a tramitação da proposta orçamentária.

Entre as mudanças apresentadas pelo deputado estão: a definição de regras para a liberação das emendas pelo Executivo; a fixação de prazo para aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional; a redução do número de integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) de 84 para 40; e o aumento de 20 para 25 do número de emendas individuais apresentadas por parlamentar.

### Execução orçamentária

Na prática, a LDO é um conjunto de instrumentos que mol-

dam e definem controles para a elaboração do Orçamento Geral da União, segundo programas delineados no Plano Plurianual (PPA). Além de prever números da macroeconomia, a LDO define, em percentual, quanto o governo poderá gastar no ano subsequente, em áreas específicas como educação, saúde e infra-estrutura.

O relator do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deixa claro que o cenário econômico apresentado pelo Poder Executivo prevê, em 2007, continuidade do quadro de crescimento econômico e de manutenção da estabilidade de preços. Estima-se crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,75%; inflação acumulada ao ano de 4,5%; e taxa média de câmbio de R\$ 2,32.

## Bancos poderão cobrar dívida ativa para estados e municípios

Como item extrapauta, o Senado aprovou na última quarta-feira o Projeto de Resolução 57/03, de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que permite às prefeituras, ao Distrito Federal e aos governos estaduais repassar para os bancos a cobrança da dívida ativa consolidada, mediante o recebimento em troca de antecipação do valor dos créditos. De acordo com a proposta, essa transferência da cobrança será feita por meio de um endosso-mandato, que legitima a cobrança da dívida em nome dos governos.

O projeto estabelece ainda que os bancos poderão parcelar

os pagamentos nas mesmas condições que o estado, Distrito Federal ou município endossante poderia fazê-lo. Os bancos endossatários ficam obrigados a prestar contas, a cada mês, dos valores cobrados, bem como repassar, também mensalmente, o saldo da cobrança efetivada, descontados os custos operacionais fixados em contrato.

Conforme dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o montante da dívida ativa consolidada dos municípios é hoje de R\$ 63,285 bilhões e o dos estados é de R\$ 163,945 bilhões.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão plenária destinada a pronunciamentos

A sessão de hoje, marcada para as 9h, é não-deliberativa. Estão previstos discursos e comunicados da Mesa e das lideranças. Nas últimas semanas, os senadores aprovaram diversas propostas no esforço concentrado pré-eleitoral, entre elas, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o marco regulatório do saneamento básico.

### Encontro sobre preservação ambiental

Às 9h, será realizado no Senado o último dia do Seminário Nacional sobre Restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs), visando estimular um movimento nacional para cuidar das APPs, que hoje representam cerca de um quinto do território brasileiro. Também serão propostos mecanismos de incentivos para restauração dessas áreas no campo e na cidade.

### Maçons visitam Congresso

Os programas Visite o Senado e Visite a Câmara recebem, amanhã, das 9h30 às 13h, a visita de 1.300 jovens maçons de todo o Brasil. Eles vão conhecer as dependências das Casas, inclusive os plenários da Câmara e do Senado.

### Rádio Senado debate cotas

O programa de debates *Conexão Senado*, que vai ao ar na segunda-feira, às 12h, pela Rádio Senado, discute as políticas de cotas em universidades. O ouvinte também pode participar do debate, transmitido ao vivo.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pela senadora Heloísa Helena e pelos senadores Alvaro Dias e José Jorge

Comissão recebe do procurador-geral da República lista com nomes de mais 42 parlamentares supostamente envolvidos com máfia das ambulâncias

## Sibá quer relatório parcial na primeira quinzena de agosto

A atuação da CPI dos Sanguessugas, que investiga denúncias de irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares à lei orçamentária, foi elogiada, da tribuna, pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Ele disse que vai fazer um apelo ao relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), para que tente apresentar, até a primeira quinzena de agosto, pelo menos um relatório parcial. Ao comentar a viagem de integrantes da comissão a Cuiabá, onde acompanharam depoimentos de acusados, Sibá destacou “o brilhante trabalho” realizado sobre o caso pelo juiz federal Jefferson Schneider, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público da União. O parlamentar manifestou-se, no entanto, preocupado com a manutenção do sigilo dos documentos enviados à CPI pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Sua dúvida é sobre como será possível acelerar a elaboração do relatório diante da impossibilidade de se divulgarem os nomes de eventuais parlamentares envolvidos em irregularidades. Na opinião de Sibá Machado, está na hora de o STF abrir mão da exigência de sigilo em torno desses documentos. O senador acredita que essa decisão poria fim às especulações sobre integrantes da lista de denunciados. Sibá Machado também anunciou a abertura, no próximo domingo, de encontro nacional de geógrafos brasileiros, que deve reunir cerca de 2 mil participantes em cinco dias de debates.



Para Sibá Machado, está na hora de o STF suspender o sigilo de documentos

Rosevelt Pinheiro



Lando (segundo à esquerda), Biscaia e Sampaio examinam documentos enviados pela Justiça Federal de Mato Grosso

## Cópia do depoimento de Vedoin a vara federal em Cuiabá chega a CPI

O presidente e o relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) e senador Amir Lando (PMDB-RO), receberam na tarde de ontem, do juiz da 2ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso, Jefferson Schneider, cópia do depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin feito àquela corte. Vedoin é um dos principais acusados de participação no esquema fraudulento de compra superfaturada de ambulâncias com recursos oriundos de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Em seguida, Biscaia e Lando se dirigiram à sala-cofre da secretaria da comissão para examinar o documento.

– São 151 páginas do interrogatório de Luiz Antônio Vedoin. O depoimento começou no dia 3 e terminou na madrugada do dia 12. Pelo que informou o juiz Schneider, não só ele prestou as informações, como apresentou a documentação pertinente – esclareceu o presidente da comissão, alegando não saber o número de parlamentares citados na documentação.

Biscaia esclareceu que o pai do depoente, Darci José Vedoin, seria o responsável pelos contatos

políticos, enquanto o administrador dos negócios era o filho Luiz Antônio, beneficiado pela delação premiada – recurso pelo qual o réu pode conseguir redução da pena ao colaborar com o esclarecimento dos fatos.

Amir Lando já havia se referido ao depoimento, em entrevista na quarta-feira, como peça essencial para comparação com a documentação entregue anteriormente ao colegiado e como meio de verificar a coincidência ou não dos nomes nela citados.

### Inquérito

O deputado informou à imprensa que, ontem, esteve pessoalmente com o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ocasião em que este lhe entregou uma lista contendo os nomes de outros 42 parlamentares envolvidos no escândalo da máfia dos sanguessugas. O recebimento dos autos dos inquéritos, no entanto, segundo Biscaia, dependerá de o ministro relator dos processos no Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, autorizar a Polícia Federal a enviá-los à CPI.

– A lista com os nomes já é suficiente para nós. Os inquéritos obedecem a um padrão em que ele [o procurador] notifica o deputado da acusação, solicita que apresente

sua defesa e autoriza quebra do sigilo. Por isso, uma vez que você tenha um [inquérito], é como se tivesse todos – explicou o presidente da comissão, mencionando que pode haver ainda outros nomes sobre os quais pairam dúvidas, motivo pelo qual o procurador não os teria denunciado.

Sobre a liberação do sigilo da documentação existente nos inquéritos, Biscaia mostrou-se confiante de que será bem-sucedido em sua solicitação feita, na última quarta-feira, à presidente do STF, ministra Ellen Gracie.

– Nós vamos conseguir – assegurou Biscaia.

### Sub-relatoria

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) foi escolhido sub-relator de Sistematização da CPI e já estaria trabalhando, juntamente com Amir Lando, na análise de documentos. Na próxima semana, segundo Biscaia, serão escolhidos pelo colegiado mais alguns sub-relatores para agilizar o processo de análise.

O presidente da comissão informou ainda que a assessoria técnica da CPI dos Sanguessugas começaria ainda ontem a preparar as notificações para serem entregues aos 42 parlamentares no início da próxima semana.

## Biscaia: anúncio de nomes pode ser autorizado

O deputado Antonio Carlos Biscaia, presidente da CPI dos Sanguessugas, disse ontem que a divulgação oficial dos nomes dos parlamentares notificados pela comissão de inquérito poderá ser autorizada pelo Supremo Tribunal Federal. Ele espera que a decisão seja anunciada até a próxima terça-feira.

– Conversei ontem [quarta-feira] com a presidente do Supremo, Ellen Gracie, e fiz um apelo pela liberação do sigilo, que foi decretado por essa instituição – afirmou o parlamentar. O deputado informou que Ellen Gracie ouviu suas ponderações, mas decidiu “esperar pelo retorno do ministro Gilmar Mendes, que ocorrerá neste final de semana”.

Biscaia explicou que a presidente do STF entrará de férias em breve e durante esse período será substituída pelo ministro. A liberação dos sigilos é importante, argumentou o presidente do colegiado, porque evita especulações sobre quais parlamentares estão ou não sendo investigados pelo Supremo Tribunal Federal.

O deputado observou que, enquanto a comissão estiver impedida de anunciar quem está sob investigação, continuará existindo a possibilidade de se apontarem como indiciadas pessoas “que simplesmente não estão nessa lista”.

– Teremos uma definição sobre isso até terça-feira – reiterou Antonio Carlos Biscaia.

De acordo com a comissão de inquérito, 15 parlamentares que estão sendo investigados pelo Supremo Tribunal Federal já foram notificados pela CPI. Além desses, destacou o deputado, há outros 42 sob investigação daquela instituição.

Genivaldo Magalhães



Avanço dos atos praticados por organizações criminosas e necessidade de ação do poder público geram debates em Plenário

## Onda de ataques em São Paulo preocupa senadores

A necessidade de reação, por parte do Estado, à onda de violência em São Paulo mobilizou o Congresso e motivou debates em Plenário. Em favor da ajuda federal ao governo de São Paulo, Eduardo Suplicy defendeu a colaboração da Força Nacional de Segurança

Pública no combate ao crime organizado no estado. Para o senador, seus integrantes foram treinados para atuar em situações como a que enfrenta hoje a capital paulista. Já os senadores da oposição responsabilizam o Executivo pela crise na segurança pública. Segundo Heloísa Helena,

Heráclito Fortes e Alvaro Dias, o governo Lula retém verbas destinadas a São Paulo, por ser um estado governado pela oposição. Preocupado com “a ousadia sem limites” dos criminosos, Romeu Tuma propõe pena mais rigorosa para autores de homicídio praticado contra policiais.

**Eduardo Suplicy**



Geraldo Magalhães

### Força Nacional de Segurança pode ajudar

Apesar da experiência e da capacidade das polícias civil e militar de São Paulo, a Força Nacional de Segurança Pública pode colaborar com o estado, uma vez que foi treinada para atuar em situações como a que está ocorrendo na capital paulista. A opinião é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), expressada ontem em pronunciamento no Plenário. O parlamentar sugeriu ao governo de São Paulo que aceite o apoio da Força Nacional para combater o crime organizado, que voltou a promover ataques no estado. Ele argumentou que isso só será possível com a união de forças de todos os níveis do Executivo, além dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Suplicy repudiou as acusações de que haveria ligações entre o Partido dos Trabalhadores e o Primeiro Comando da Capital (PCC), grupo criminoso ao qual são atribuídos os ataques. Ele questionou o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que teria manifestado sua desconfiança sobre o envolvimento do PT com o PCC.

– Se há responsáveis pelo problema da segurança pública são todos os últimos governos, inclusive nós, membros do Congresso Nacional – disse.

**Heloísa Helena**



Roosevelt Pinheiro

### Disputa eleitoral faz governo federal bloquear recursos

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu uma “repressão implacável” à violência orquestrada pelo crime organizado, especialmente em São Paulo. A parlamentar lembrou que, em 2002, o governo Fernando Henrique Cardoso liberou R\$ 223 milhões para a área de segurança em São Paulo, ao passo que, em 2005, o governo Lula liberou apenas R\$ 29 milhões.

– Se o Fernando Henrique liberava recursos porque São Paulo era governado por aliados, o presidente Lula não tem o direito de reter recursos porque São Paulo é governado por adversários. Mataram crianças e mulheres. O governo Lula se aproveita dessa situação para fazer disputa demagógica e eleitoral – afirmou.

Heloísa disse que estão disponíveis todas as informações sobre o sistema prisional brasileiro, tais como diagnósticos, pesquisas, estatísticas e até os nomes de homens e mulheres presos e os delitos cometidos.

– Só o governo federal faz de conta que não sabe – acusou.

Em aparte, José Maranhão (PMDB-PB) propôs “um mutirão dos homens de boa vontade” das três esferas de governo para implementar providências contra a onda de violência.

**Heráclito Fortes**



Roosevelt Pinheiro

### Repúdio às acusações contra dirigentes do PSDB

Heráclito Fortes (PFL-PI) repudiou acusações feitas em nota à imprensa pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini, atribuindo culpa pela situação de violência em São Paulo aos governos do PSDB. Heráclito disse ainda que Aloizio Mercadante, candidato do PT ao governo de São Paulo, também fez declarações semelhantes, envolvendo os ex-governadores Mário Covas (falecido) e Geraldo Alckmin, candidato à Presidência da República pelo PSDB.

Heráclito pediu prudência nas declarações dos petistas sobre os episódios de violência atribuídos ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e defendeu o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), por ter dito que “desconfia de um elo entre o PT e o PCC”.

Segundo o senador pelo Piauí, “pela visão de Bornhausen, seria suficiente evocar o passado recente de integrantes do PT e de entidades coligadas, envolvidos em crimes de corrupção e decorrentes de atividades ilícitas dos agregados ao governo, caso do ex-deputado José Dirceu e do ex-tesoureiro Delúbio Soares”.

De acordo com Heráclito Fortes, a falta de segurança dos paulistas é resultado do declínio dos investimentos do governo Lula em segurança, em todo o país.

**Alvaro Dias**



Roosevelt Pinheiro

### Executivo deveria articular política de segurança pública

Não basta anunciar ajuda, solidariedade e colaboração aos estados quando ocorre a tragédia. É preciso que o governo federal seja o grande articulador da política de segurança no país, mobilizando todas as unidades da Federação, todos os Poderes, as polícias, numa força-tarefa para combater o crime organizado. A avaliação foi feita ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ao comentar os episódios de violência em São Paulo, em entrevista à imprensa. O senador criticou a falta de recursos para o combate ao crime organizado e defendeu a implementação do orçamento impositivo.

– A liberação de recursos é uma lástima. O governo federal não aplica sequer os recursos orçamentários em segurança pública. Por isso é importante fixar que é impositiva a aplicação dos recursos destinados à segurança pública do país – avaliou.

A proposta que torna obrigatória a execução do Orçamento da União aprovado pelo Congresso (PEC 22/00), de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário, na terça-feira. A redação final para votação em segundo turno foi acolhida quarta-feira pela Comissão de Justiça (CCJ).

**Romeu Tuma**



Roosevelt Pinheiro

### Pena severa para autores de crimes contra policiais

Os autores dos recentes ataques a policiais e agentes penitenciários em São Paulo poderão ter punição mais severa. É o que prevê projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP), em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Tuma argumenta que o rigor da sanção pretende reprimir os infratores da lei que têm demonstrado uma “ousadia sem limites”, realizando atos lesivos à paz social que “merecem penas mais rigorosas”.

A proposta (PLS 162/06) acrescenta um parágrafo ao Código Penal e estabelece que, se o homicídio doloso é praticado contra funcionário público no exercício da função ou em razão dela, a pena de reclusão será de 20 a 30 anos. Esse parágrafo deverá ser o sexto do artigo 121 do Código Penal.

“Uma legislação tibia, diante da grave natureza da lesão, seguramente serviria para estimular a ousadia de criminosos dessa estirpe que, recentemente, em uma escalada sem precedentes na história do país, afrontaram as instituições de segurança pública, semeando o terror entre a população e provocando um verdadeiro caos social”, diz Romeu Tuma, na justificativa do projeto.

Punições não foram capazes de alterar “as causas da corrupção que estão fincadas no processo viciado de elaboração e execução orçamentária”, afirma senador

## ACM pede CPI para investigar irregularidades no Orçamento

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou no fim da tarde de quarta-feira requerimento com 34 assinaturas para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar irregularidades na execução do Orçamento Geral da União nos exercícios de 2005 e 2006. O pedido encontra-se na Secretaria Geral da Mesa para conferência das assinaturas.

De acordo com o Regimento Interno do Senado, a criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros da Casa (27 parlamentares). Recebido o requerimento, segundo o regimento, o presidente do Senado ordenará que o documento seja numerado e publicado.

Na justificativa do requerimento, Antonio Carlos Magalhães alega que as sucessivas denúncias de mau uso de recursos públicos motivaram o pedido de criação da CPI, que deverá contar com 11 senadores titulares e seis suplentes. O prazo para o funcionamento da comissão será de 180 dias.

“O pedido, pelo Ministério Público Federal, de indiciamento de 40 pessoas e os relatórios das recém-concluídas comissões

parlamentares de inquérito comprovam a existência de graves irregularidades no trato da coisa pública”, afirma o senador na justificativa, ao se referir ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que, em abril deste ano, apresentou as denúncias sugeridas pelo relatório final da CPI dos Correios sobre o esquema do mensalão, que pediu o indiciamento de 40 investigados.

Na justificativa, Antonio Carlos Magalhães ressalta ainda que as denúncias que suscitaram a criação da CPI dos Sanguessugas demonstram que “os problemas no Orçamento persistem e as investigações que são feitas, mesmo quando chegam a

punições, não atingem e nem alteram as causas da corrupção que estão fincadas no processo viciado de elaboração e execução orçamentária”. A CPI investiga a ocorrência de irregularidades na compra de ambulâncias por prefeituras, a partir da apresentação de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

A nova comissão só entrará em funcionamento após o cumprimento de outras etapas estabelecidas pelo Regimento Interno, como a indicação dos membros do colegiado pelos líderes partidários e a leitura do requerimento em Plenário pelo presidente do Senado, que analisará a existência dos pressupostos constitucionais para sua criação.



ACM (à dir., ao lado de Pedro Simon): motivado por denúncias de mau uso de recursos

## José Jorge sugere que TSE e TCU fiquem de olho em gastos

Em pronunciamento no Plenário, José Jorge (PFL-PE) fez um apelo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que acompanhem mais de perto os gastos públicos em ano eleitoral. Além de criticar o volume de despesas da Presidência da República, que teria chegado a R\$ 672 milhões entre janeiro e junho de 2006, o pefelista condenou o atual ritmo de edição de medidas provisórias (MPs).

Segundo informou, os gastos presidenciais, este ano, já superaram os de 2005 em R\$ 69 milhões. Esse excedente corresponde, conforme acrescentou,

a mil vezes o valor das verbas orçamentárias liberadas para emendas parlamentares da bancada de Pernambuco (R\$ 69 mil). Apesar da queda no volume de despesas com cartões corporativos da Presidência da República, que passou de R\$ 6,4 milhões, em 2004, para R\$ 4,6 milhões, em 2005, o senador observou que esses valores ainda superam os do último ano do governo passado (R\$ 2,4 milhões).

Em relação às MPs, José Jorge comentou que as dez já editadas este ano representam R\$ 6,5 bilhões em gastos de natureza financeira.

– São essas MPs que trancam



José Jorge: gastos presidenciais já superaram os de 2005 em R\$ 69 milhões

a pauta e impedem a votação de projetos importantes – reclamou.

Para ilustrar sua queixa, o senador lembrou que o projeto de criação do Fundeb (fundo da educação básica) aguardou dois meses para ser votado por falta de acordo entre as lideranças partidárias para aprovação de algumas medidas provisórias.



Evento no Tribunal de Contas da União reúne 300 participantes de sete órgãos

## Prodasen participa de workshop sobre contratação de serviços

A Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) está participando do *workshop* Contratação de Serviços de Informática, iniciado ontem pela Comunidade de Gestores de Tecnologia da Informação (TI) Aplicada ao Controle da Gestão Pública.

O evento, que termina hoje e está sendo realizado no edifício sede do Tribunal de Contas da União (TCU), reúne cerca de 300 participantes, todos membros dos sete órgãos que compõem a comunidade – o próprio TCU, além da Controladoria Geral da União, Procuradoria Geral da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Ministério da Justiça e Supremo Tribunal Federal.

As duas tardes de discussão destinam-se a debater os novos desafios vivenciados pelos gestores públicos no âmbito da tecnologia da informação, especialmente no que se refere às diversas formas de contratação de

sistemas de informática.

Cláudio Cruz, analista de Controle Externo do TCU e um dos organizadores do evento, explicou que os modelos tradicionalmente adotados nas instituições públicas estão há muito tempo inadequados, com prejuízo de conhecimento por parte das equipes internas.

– A busca por modelos mais modernos, muitas vezes, tem produzido mais perguntas que respostas, daí a importância de compilar experiências de outros órgãos e identificar as principais lacunas – disse ele.

Deomar Rosado, diretor-adjunto do Prodasen, ressaltou que o *workshop* deve “organizar os conhecimentos sobre a contratação de serviços públicos de TI”. Ele acrescentou que o evento se fez necessário porque os agentes vêm enfrentando muitas dificuldades nesse processo devido à falta de definições e à polêmica quanto às modalidades.

## Alvaro Dias: CPI do Futebol gera denúncia contra dirigentes da CBF

Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou ontem a denúncia apresentada pelo Ministério Público contra o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, o diretor financeiro da entidade, José Carlos Salim, e o secretário-geral, Marcos Antônio Teixeira. As acusações do Ministério Público, informou o senador, se basearam no relatório final produzido pela CPI do Futebol, da qual Alvaro Dias foi presidente, que funcionou no Senado de outubro de 2000 a dezembro de 2001.

– Os referidos dirigentes da CBF responderão por realizar operações de câmbio com falsa informação e sem autorização, causando evasão de divisas do país. As penas previstas pelos

delitos são de um a quatro anos de reclusão e multa, e de dois a seis anos de reclusão e multa.

O senador citou vários indícios de ilícitos apurados pela CPI do Futebol e considerados pelo Ministério Público ao oferecer a denúncia à Justiça. Entre os possíveis crimes, menciona-se a tomada de empréstimos bancários pela CBF a taxas acima das praticadas no mercado internacional e o desvio de recursos durante a realização do Campeonato Mundial de Clubes em 2000.

Alvaro lembrou que os diversos encaminhamentos feitos ao Ministério Público pela CPI continuam tendo desdobramentos na Justiça, gerando processos para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos.

Entre as providências listadas por senador, necessárias à revitalização do agronegócio, estão o pagamento dos prêmios do seguro rural e o aumento dos recursos de crédito

## Jonas Pinheiro cobra medidas para socorrer o setor agrícola

Jonas Pinheiro (PFL-MT) voltou a reivindicar em Plenário medidas do governo federal para combater a crise no setor agropecuário nacional. O parlamentar relacionou dez providências que deveriam ser adotadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para minimizar o problema, como o pagamento dos prêmios de seguro rural e a criação do fundo de aval – iniciativas que poderiam, em sua opinião, facilitar e baratear as linhas de financiamento do setor.

Outras sugestões apresentadas por Jonas Pinheiro passam pela liberação da importação de defensivos agrícolas genéricos no âmbito do Mercosul, medida que levaria a uma economia anual de US\$ 1 bilhão; alocação de R\$ 2,8 bilhões no Orçamento da União



Liberação da importação de pesticidas genéricos no âmbito do Mercosul é defendida por Jonas

para 2007 em favor de operações oficiais de crédito; sanção do projeto de lei de conversão da

MP 285/06, que prorroga por dois anos o prazo para pagamento das parcelas da dívida rural vencidas em 2005 e 2006; e a desoneração tributária do óleo diesel para o setor rural.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou alguns prejuízos amargados pela agropecuária do Paraná, decorrentes da estiagem e da alegada falta de apoio federal aos produtores. Segundo informou, a produção industrial paranaense, calcada no beneficiamento de produtos primários, registra queda acumulada de 4% de janeiro a junho de 2006.

## Papaléo propõe anistia de multas trabalhistas a produtores rurais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar projeto do Senado que concede anistia às multas aplicadas pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego aos pequenos produtores rurais, no período compreendido entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005, cujas propriedades estejam localizadas em municípios onde tenha sido decretado estado de emergência ou de calamidade pública em razão de problemas climáticos. O projeto (PLS 91/06) ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na qual terá decisão terminativa.

O autor da matéria, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), alega, na justificação da proposta, que

recebeu apelo das autoridades municipais relatando as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais em face da situação de emergência e calamidade pública decorrente de eventos climáticos imprevisíveis.

“A postulação inicial era para se abrandarem as obrigações trabalhistas previstas no estatuto do trabalhador rural, mas o caráter geral dessa legislação não autoriza a sua flexibilização apenas para uma parcela de empregadores rurais, o que poderia significar a vulnerabilização das normas trabalhistas nas áreas rurais”, explica o senador.

Segundo Papaléo, é enorme a dificuldade pela qual passam os



Medida beneficiará agricultores de áreas afetadas por seca ou enchente, explica Papaléo

pequenos produtores rurais. Por esse motivo, a seu ver, as multas aplicadas pela fiscalização do Ministério do Trabalho devem ser anistiadas, pois é “razoável presumir que as infrações cometidas resultaram não da vontade do empregador rural, mas da sua quase falência econômica”.



Geraltio Magela

Qualidade nutricional requer solos adubados com quantidade adequada de elementos

## Simon quer regras de adubação para garantir alimentos nutritivos

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) propõe que os órgãos responsáveis pela saúde pública e pela produção agropecuária determinem a quantidade obrigatória e adequada de nutrientes necessária para adubação do solo destinado ao plantio de alimentos. A proposta (PLS 203/06) tramita nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta decisão terminativa.

De acordo com o projeto, a segurança alimentar e nutricional é um direito do indivíduo e é responsabilidade do Estado assegurar as condições para a realização desse

direito. Isso significa garantir a toda a população condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, menciona a proposta. Para tal, o poder público deve estabelecer normas visando à correta e adequada mineralização dos solos, acrescenta o projeto do senador pelo Rio Grande do Sul.

Entre os micronutrientes necessários à saúde, que, segundo Simon, estão ausentes da alimentação da maioria dos brasileiros,

estão o zinco, o selênio, o cálcio, o ferro, o iodo e o magnésio, que podem ser encontrados em frutas, verduras, cereais e produtos de origem animal utilizados na alimentação humana, desde que os solos onde foram produzidos apresentem esses elementos em quantidade adequada, argumenta Simon.

Ao justificar a proposição, o parlamentar afirma, por exemplo, que a deficiência de ferro, que pode levar à anemia, constitui-se em um dos problemas nutricionais mais graves do país e afeta, especialmente, mulheres em idade fértil e crianças de até dois anos de idade. A deficiência de iodo, informa, responsável pela

ocorrência de bócio, também é associada à deficiência mental, auditiva e da fala.

Simon ressalta ainda que a deficiência de vitamina A, constatada em extensas áreas das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil, é a principal causa de cegueira evitável no mundo. O ferro e a vitamina A podem ser administrados por intermédio do enriquecimento de alimentos, como farinhas, massas ou leite, enquanto a administração de iodo é realizada pela adição do mineral ao sal de cozinha, prática já consagrada em lei.



Célio Azeredo

Para Simon, Estado deve garantir segurança alimentar



Rosevelt Pinheiro

## Zambiasi homenageia Associação Nacional dos Portadores de Psoríase

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – foto – saudou o trabalho realizado pela Associação Nacional dos Portadores de Psoríase (Psorisul). A entidade, segundo ele, congrega em torno de 60 mil pessoas, constituindo

grupos de apoio aos portadores de psoríase e promovendo eventos a respeito do problema.

A psoríase atinge mais de 120 milhões de pessoas em todo o mundo, das quais, 4 milhões no Brasil. Trata-se de uma doença

que se manifesta principalmente na pele, provocando lesões vermelhas e escamações.

– Somente com o conhecimento sobre a doença poderemos combater a discriminação sofrida pelos portadores da

psoríase – afirmou.

Zambiasi elogiou a criação de um guia sobre a doença, publicado pela Psorisul, e explicou que essa iniciativa pode ajudar a diminuir o preconceito que sofrem os portadores.

Representante do BID manifesta interesse da instituição em levar para países latino-americanos a experiência da comunidade virtual do Legislativo

## Na nova fase, Interlegis vai atender mais 2 mil municípios

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está considerando “com grande interesse” a concessão de um empréstimo, no valor de US\$ 32 milhões (R\$ 70,4 milhões), para a segunda fase do programa Interlegis – a comunidade virtual do Poder Legislativo. Nessa etapa, seriam aprimorados os sistemas de comunicação e de interatividade da rede; ampliados em cerca de 2 mil os municípios a receberem computadores; e ministrados treinamentos às câmaras de vereadores e assembleias legislativas, de modo a dar mais eficiência à fiscalização dos atos dos executivos municipais e estaduais.

– Esta tem sido uma experiência exitosa, que o banco quer seguir apoiando, até para transferir os conhecimentos obtidos no Brasil aos poderes legislativos de outros países latino-americanos – disse Pablo Valenti, especialista em Modernização do Estado do BID,



Agaciél Maia (C) reúne-se com José Navia (E), Pablo Valenti e Márcio Sampaio

durante encontro realizado ontem com o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia; o diretor do Interlegis, Márcio Sampaio Leão Marques; o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg; o diretor da TV Senado, James Gama;

e o especialista em Reforma e Modernização do Estado do BID José Navia.

A segunda fase do Interlegis deverá contar com uma contrapartida do poder público brasileiro também no valor de US\$ 32 milhões, mas o cronograma

de liberações ainda está sendo estudado. O programa começou há sete anos com o objetivo de modernizar e integrar o Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal, e de promover maior transparência e interação desse Poder com a sociedade.

Segundo informe do programa, são utilizadas novas tecnologias de informação (internet, videoconferência e transmissão de dados), que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as casas legislativas e os legisladores e o público, com o objetivo de ampliar a participação popular. O total de 2.948 câmaras municipais já receberam computadores e impressoras do Interlegis, para se ligar à internet, usar o correio eletrônico e colocar suas informações à disposição dos internautas. E todas as assembleias estaduais contam com salas de multiuso (20 computadores em rede) e salas de videoconferência

totalmente equipadas.

– O apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento tem sido fundamental em um programa que coopera enormemente para o aprimoramento da democracia e a ampliação da cidadania – destacou Agaciél, ao lembrar que mais de 3.500 municípios já foram equipados com computadores. O Interlegis, informou, prepara agora a instalação do programa em escolas visando à inclusão digital da população.

### TV digital

Armando Rollemberg anunciou que o Senado prepara um salto com a adoção do padrão digital de TV para transmissão em sinal aberto. A “multiprogramação”, disse, incluirá produções do Interlegis e da Unilegis (Universidade do Legislativo). Até dezembro, a TV Senado tornará sua programação disponível em sinal aberto em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza e Manaus.

## Especialista aponta dificuldades para a preservação ambiental

Convencer o produtor a destinar parte de sua propriedade para a preservação ambiental é uma das dificuldades enfrentadas pelos órgãos e entidades ambientalistas. Afirmar nesse sentido foi feita ontem pelo representante do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), Ricardo Aguilar Galeno, no segundo dia do Seminário Nacional sobre Restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e realizado no Senado.

Para que as empresas agrícolas e os produtores rurais cumpram a legislação em relação às áreas de preservação ambiental no estado de Minas Gerais, destacou Galeno, são assinados acordos com o poder público. O setor sucroalcooleiro, exemplificou, firmou em maio deste ano o compromisso de recuperar 15 mil hectares de área de preservação permanente até 2010, o que, segundo ele, já está acontecendo.

### Mata Atlântica

Ricardo Galeno defendeu, durante o seminário, a apro-

vação de projeto de lei apresentado em 1992 pelo então deputado Fábio Feldmann com a finalidade de conservar e recuperar a Mata Atlântica, além de permitir a exploração sustentável de seus recursos. A proposta, na avaliação do especialista, justifica-se pela abrangência da área desse bioma – quase 70% da população brasileira e 60% do produto interno bruto estão localizados na região coberta pela Mata Atlântica. O projeto (PLS 107/03) foi aprovado pelo Senado em fevereiro deste ano e, por ter sofrido emendas, retornou à Câmara dos Deputados para a votação final.

– É necessária uma legislação específica para a Mata Atlântica e o projeto está parado no Congresso há anos – lamentou Ricardo Galeno.

O objetivo do seminário, que teve início na quarta-feira e se encerra hoje, é discutir e compartilhar experiências técnicas bem-sucedidas de restauração de áreas de preservação ambiental. As reuniões são realizadas no Auditório Petrônio Portella, do Senado.

## Videoconferência debate integração do menor

Em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Interlegis promoveu ontem videoconferência sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Esse instrumento reúne parâmetros para o reordenamento da execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que cometem atos infracionais.

O evento, que ocorreu no mesmo dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 16 anos, foi transmitido simultaneamente para as assembleias legislativas de todo o país.

Segundo dados da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SEDH, há 12.560 adolescentes detidos e 24 mil em liberdade assistida no Brasil. Como demonstram as frequentes rebeliões em instituições como a Febem, o atual sistema de integração do menor infrator mostra-se frágil e insipiente. Elaborado pela SEDH e pelo Conanda, a partir da contribuição de todos os estados e entidades ligadas à questão, o Sinase redefine as atribuições e responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal no



Ministro Paulo Vannuchi (C), com representantes de vários órgãos, participa da discussão

atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e orienta as ações socioeducativas adequadas a cada caso, definindo critérios pedagógicos e condições básicas para o funcionamento das instituições.

Entre as medidas propostas, está a vinculação das escolas das unidades de internação ao sistema formal de ensino de cada estado e a adoção de uma arquitetura padrão que permita contar com espaços para a prática de atividades esportivas e oficinas culturais e de capacitação. O Sinase também propõe que se privilegie a liberdade assistida ao invés da reclusão, já que, além de ser mais pedagógica, apresenta gastos muito mais baixos: cada interno custa em média R\$ 4 mil por mês

em regime fechado, enquanto no aberto esse custo não chega a R\$ 400. Com o plano, só poderá obter financiamento junto ao governo federal instituições que obedecerem às novas diretrizes.

Estavam presentes à videoconferência o ministro da SEDH, Paulo Vannuchi; o presidente do Conanda, José Fernando da Silva; a subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmem Silveira de Oliveira; e representantes da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP) e do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Busca de solução do contencioso Brasil-Bolívia por meio da arbitragem mostra importância desse instrumento, segundo o autor do projeto que deu origem à lei

## Maciel lembra dez anos da Lei de Arbitragem, mas quer avanços

Marco Maciel (PFL-PE) registrou ontem, em Plenário, os dez anos da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96), resultante de projeto de sua autoria que, conforme afirmou, representa um avanço no sistema judicial brasileiro. Ele observou, no entanto, que ainda existe espaço para a ampliação desse instituto por meio da incorporação de uma “cultura da arbitragem”.

O senador explicou que o sistema judicial brasileiro baseia-se primordialmente no litígio, enquanto a arbitragem apela para os acordos e a composição de interesses, sendo amplamente utilizada no exterior, até mesmo por grandes empresas, prin-



Arbitragem é amplamente utilizada no exterior, salienta Marco Maciel

cipalmente em face da “onda globalizadora”, cujos contratos internacionais, muitas vezes, envolvem mais de um país.

A Lei de Arbitragem, lembrou

Maciel, foi sancionada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram feitas diligências para que o Brasil subscrevesse a Convenção de Arbitragem de Nova York, de 1958, o que contribuiu para consolidar o instituto no Brasil e criar condições para utilizar a arbitragem também em contratos internacionais.

Marco Maciel disse que o contencioso atual entre Brasil e Bolívia sobre a questão do gás natural será resolvido, segundo informações da Petrobras ao jornal *O Estado de S. Paulo*, por meio da Corte Arbitral de Nova York, ou seja, pela utilização da arbitragem.

## Lando ressalta importância do Projeto Rio Madeira

Amir Lando (PMDB-RO) ressaltou a importância da conclusão do Projeto Rio Madeira para a interiorização do desenvolvimento na Amazônia e na América do Sul, por meio da transposição de obstáculos naturais à navegação do rio Madeira e seus afluentes. A Usina de Santo Antônio, primeira fase de um projeto que inclui mais outras duas usinas – Jirau e a binacional Brasil-Bolívia –, poderá gerar até 3,58 mil megawatts e otimizar o transporte hidroviário e a geração de energia, salientou o senador.

A integração da infra-estrutura energética e de transporte entre Brasil e Bolívia que será possibilitada, disse Lando, pro-



Segundo Amir Lando, iniciativa irá gerar energia e otimizar transporte hidroviário porcionará acréscimo de 4,42 mil quilômetros de rios navegáveis a partir de Porto Velho (RO), e a geração de até 7,48 mil megawatts, inicialmente, e de mais 3 mil megawatts na conclusão do complexo Brasil-Bolívia.

– Isso significa a consolidação de um pólo de desenvolvimento da região dos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, estendendo-se até Mato Grosso e unificando-se ao sistema nacional de energia elétrica oriunda de recursos hídricos. É um salto econômico-social sem precedentes para Rondônia, que poderá erguer um pólo agroindustrial à altura do seu potencial.

O senador defendeu a continuidade do Projeto Rio Madeira sem os entraves de natureza ambiental impostos pelo Ministério do Meio Ambiente. Ele frisou que o ministro de Minas e Energia, Silas Rondau, tem envidado consideráveis esforços para que seja finalizado o estudo de impacto ambiental.

## Maranhão cobra mais investimentos em educação

Ao comentar pesquisa da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a qualidade do ensino em vários países, o senador José Maranhão (PMDB-PB) defendeu ontem em Plenário o aumento dos investimentos brasileiros em educação, ciência e tecnologia. Em sua avaliação, o Brasil deveria elevar para 3% do produto interno bruto (PIB)



José Maranhão quer 3% do PIB aplicados na educação, ciência e tecnologia

os gastos no setor.

Conforme a pesquisa, os alunos brasileiros, com idade entre 15 e 16 anos, avaliados com relação ao desempenho em leitura, foram colocados em último lugar em comparação aos dos países

em que foi realizada a pesquisa. Já quanto ao conhecimento de matemática, os alunos brasileiros ocuparam o penúltimo lugar.

– Precisamos estimular o ensino profissionalizante, de nível médio, no país – disse.

Maranhão manifestou ainda sua preocupação com o fato de o Brasil, mesmo se enquadrando entre os principais produtores de *softwares*, ainda não ter conquistado uma fatia expressiva no mercado mundial de serviços e sistemas de informática.

– Importamos 60% do *software* que usamos – reclamou.



Raupp pede mudanças em notas da receita tributária e faturas de serviços públicos

## Valdir Raupp propõe impressão em braile de documentos

Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto de lei para que os documentos de arrecadação de receita tributária sejam expedidos em braile a pedido de contribuinte portador de deficiência visual ou de seu responsável. A proposta (PLS 204/06), que altera a lei sobre o Sistema Tributário Nacional, tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O senador é também autor de projeto (PLS 196/06) que propõe a obrigatoriedade da emissão em braile de faturas de serviços pú-

blicos, quando for solicitada pelo usuário. Na justificativa desses projetos, Raupp afirma que 16,6 milhões de brasileiros são incapazes de enxergar ou detêm alguma ou grande dificuldade permanente de visão. Desse total de portadores de deficiência visual, 1,2 milhão é de crianças e adolescentes entre zero e 14 anos.

Raupp argumenta que outro dado estatístico de grande importância é o significativo aumento do número de portadores de deficiência que tiveram acesso à instrução formal nos últimos anos. Ele ressaltou que, de acordo com o censo escolar do Ministério da Educação, entre os anos de 2000 e 2004, as matrículas em educação especial cresceram 23,6%.

Esses dados, segundo o senador, indicam que existe um contingente expressivo de pessoas portadoras de deficiência visual habilitadas para a leitura em braile. “No caso específico das obrigações de natureza tributária, a simples impressão em braile da guia de recolhimento permite ao portador de deficiência visual efetuar a leitura do documento, não dependendo de terceiros para reconhecer uma das principais obrigações de todo cidadão”, afirma Raupp.

## Projeto de Valmir Amaral cria a Universidade do DF

Valmir Amaral (PTB-DF) apresentou o projeto de lei que cria a Universidade do Distrito Federal, dando ao Poder Executivo autorização para construí-la. A proposta (PLS 198/06) prevê que a nova universidade receberá recursos do Fundo Constitucional do DF para sua construção e beneficiará as regiões administrativas de Sobradinho e de Ceilândia.

Para o senador, as altas taxas de crescimento da capital brasileira demandam a melhoria de condições para o atendimento social, como a universidade pública e gratuita. Até mesmo a condição satisfatória do Distrito Federal em relação à educação básica gera a necessidade do aumento do número de vagas para o ensino superior, explica o parlamentar.

Amaral cita dados de 2004, quando 50 mil estudantes concluíram o ensino médio nas escolas da capital brasileira e do Entorno, mas menos de 2 mil ingressaram na única universidade pública local, a Universidade de Brasília (UnB). A grande maioria dos alunos carentes não consegue uma



Grande maioria dos alunos carentes não consegue vaga para estudar, diz Amaral

vaga para estudar gratuitamente.

– Mesmo com o oferecimento de cotas étnico-raciais, do Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade Para Todos (ProUni), ainda é preciso que o Estado arque com o ônus da educação superior pública no país – justifica.

O senador destacou que a universidade, segundo o projeto, deverá ter instalações construídas nas regiões administrativas, poderá formar profissionais qualificados e gerar conhecimento e soluções apropriadas à realidade local, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e posteriormente será analisado na Comissão de Educação (CE).